



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



OS
Nº 70023453194
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70023453194

COMARCA DE PORTO ALEGRE

SINDICATO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO
BOM

PROPONENTE

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

REQUERIDO

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE CAMPO BOM

REQUERIDO

EXMO SR PROCURADOR GERAL
DE JUSTIÇA

INTERESSADO

Decisão

Vistos.

1. O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO BOM-SISEMUCB, representante da categoria dos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos, dos Poderes Executivos e Legislativo, da Administração Direta e Autárquica de Campo Bom, legitimado, portanto, pelo art. 95, § 2º, inc. VI, propõe a presente **“ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar”**, com o propósito de ver declarado inconstitucional o art. 12, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.472/93, com redação dada pela Lei nº 3.161/2008, que *“Dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do Município de Campo Bom”*.

Nas suas razões, em suma, sustenta que o dispositivo legal acima indicado, ao dispor que o Conselho Fiscal do *IPASEM C.B* será constituído, dentre outros, *“por 01 (um) membro titular e respectivo suplente, representante dos servidores inativos e pensionistas do Instituto, indicados*



OS

Nº 70023453194

2008/CÍVEL

por assembléia geral a ser convocada pelo instituto (...)”, fere o princípio constitucional da liberdade sindical, uma vez que os aposentados são representados pelo ora proponente. Nessa linha, argumenta que *“não cabe ao IPASEM-Campo Bom a realização de Assembléia dos aposentados do Instituto com o fito de indicar um Conselheiro aposentado e um suplente para compor o Conselho Fiscal (...)”*. Aponta usurpação de competência exclusiva da Entidade Sindical de indicar livremente seus representantes junto ao Conselho Fiscal do IPASEM, assinalando mais uma vez que representa a totalidade dos servidores municipais, incluindo os aposentados do IPASEM C.B. Destaca o teor do art. 28 da Instrução Normativa SPS nº 02 da Previdência Social, segundo a qual *“Na hipótese do regime próprio de previdência social possuir órgão deliberativo, deverá ser garantida a participação, no colegiado, de representante de servidor, ativo e inativo, e pensionista vinculado ao regime próprio de previdência social e indicado por organização sindical ou de classe.”* Questiona a autonomia do Conselho Deliberativo do IPASEM-C.B, já que todos os Conselheiros, de forma direta ou indireta, são escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo. Refere ofensa aos arts. 1º, 8º, 19 e 27, III, § 1º, da Constituição Estadual. Informa que no próximo dia 28 haverá eleição para escolha dos representantes dos aposentados para o Instituto. Pede a concessão de liminar e, ao final, a procedência da ação.

É o relatório.

Decido.

2. Rememoro que recentemente analisei pleito de concessão de liminar na *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70022807622*, ajuizada também pelo SISEMUCB, com o propósito de ver declarado inconstitucional o art. 4º, § 1º, alínea “b” e parte final da alínea “c”, § 9º, alínea “f”, da Lei Municipal nº 1.472/93, com redação dada pela Lei nº 3.139/2007, que *“Dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do*



OS
Nº 70023453194
2008/CÍVEL

Município de Campo Bom". Questiona-se, nesse feito, a constitucionalidade da composição do Conselho Deliberativo do IPASEM C.B.

Aqui, insurge-se o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Bom contra a composição do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom, notadamente no que diz respeito à escolha de servidores inativos para compor o Conselho Fiscal do IPASEM C.B.

Em síntese, entende inconstitucional a escolha, em Assembléia Geral, de 02 representantes (titular e respectivo suplente) dos servidores municipais inativos e pensionistas do IPASEM para participar o Conselho Fiscal do Instituto, ponderando que a finalidade do Sindicato é justamente representar todos os servidores municipais, incluindo os inativos (art. 3º do Estatuto Social), cabendo então à entidade sindical a indicação de tais Conselheiros

Pugna pela concessão de medida cautelar para suspender os efeitos do dispositivo atacado enquanto a representação pender de julgamento.

Consabido que o provimento cautelar pressupõe a necessária e cumulativa satisfação de certos requisitos, que se expressam na plausibilidade jurídica da tese do autor (*fumus boni iuris*), na possibilidade de prejuízo decorrente da demora da decisão pleiteada (*periculum in mora*), na irreparabilidade ou insuportabilidade dos danos emergentes do ato impugnado e na necessidade de garantir a ulterior eficácia da decisão a ser proferida no feito.

No caso em exame, tenho que não há como se deferir, liminarmente, a suspensão postulada, porquanto ausentes os pressupostos para tanto. Explico.

 3



OS
Nº 70023453194
2008/CÍVEL

Uma das características do modelo brasileiro de sindicalização é a liberdade de filiação, consagrada que está no inciso V do artigo 8º da CF/88, segundo o qual *“ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato”*.

Significa dizer que ninguém pode ser obrigado a se filiar ou continuar filiado a sindicato, advindo daí a conclusão de que não assiste total razão ao autor quando afirma que representa o universo de servidores municipais inativos. Isso é verdade apenas em parte, pois a representatividade da organização sindical ora proponente limita-se aos inativos que são seus associados, de modo que a realização de Assembléia Geral dos servidores municipais inativos - sindicalizados ou não - não se me afigura, a primeira vista, inconstitucional, porque também aos jubilados não associados ao SISEMUCB deve ser assegurada a possibilidade de compor o Conselho Fiscal do IPASEM, mediante eleição em Assembléia Geral, garantida também a participação dos (as) pensionistas do Instituto, cf. Edital nº 07/2008 (fl. 38).

Ademais disso, não antevejo fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação em sendo mantida, por ora, em vigor a Lei em comento. Isso porque, se é conforme alega o SISEMUCB, que a norma fere dispositivos da Constituição Estadual, nada impede que em eventual declaração de sua inconstitucionalidade ao final, em sede de julgamento pelo Colegiado, nova eleição seja realizada, isso devido ao efeito *ex tunc* conferido à decisão, o que invalida o dispositivo questionado desde a sua edição.

3. Diante de tais considerações, indefiro o pleito liminar.

Em atendimento ao disposto no art. 213, § 2º, do RITJ, notifiquem-se o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Bom para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as



OS
Nº 70023453194
2008/CÍVEL

informações que entenderem necessárias.

Cite-se, com prazo de 40 (quarenta) dias, a Dra. Procuradora-Geral do Estado, para que ofereça a defesa do ato normativo, na forma do artigo 95, § 4º, da Constituição Estadual.

Após, vista ao Dr. Procurador-Geral de Justiça

Diligências legais.

Porto Alegre, 17 de março de 2008.


DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO.
no eventual impedimento do Relator

hvv